

Reestruturação Intra-urbana e Novas "Estratégias" de Produção do Espaço: reflexões sobre o papel da cultura nas recentes transformações da área central do Rio de Janeiro

Thiago Ramos Machado*

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de recuperação de espaços degradados em grandes cidades à luz dos projetos de intervenção urbana, inseridos no discurso de criação e venda de uma imagem urbana forte e competitiva para o exterior – estratégia denominada "marketing urbano".

A partir do estudo do papel da cultura nas recentes transformações da área central

da cidade do Rio de Janeiro, o objetivo é contribuir para uma abordagem mais crítica acerca dos desdobramentos do projeto "Corredor Cultural", quais sejam, a produção de "espaços especializados", onde a cultura torna-se objeto de consumo.

PALAVRAS-CHAVE

Área central; projetos de intervenção urbana; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas (...). Assim se realiza a superação do fechado e do aberto, do imediato e do mediato, da ordem próxima e da ordem distante, numa 'realidade diferencial' na qual esses termos não mais se separam, mas se transformam em diferenças imanentes. (Lefebvre, 1999, p. 46-47)

A cidade revela-se um complexo produto social do processo de produção e reprodução do espaço, mediante a transformação da natureza em bens culturais. Tal complexidade pode ser constatada a cada momento histórico, no qual a cidade materializa diferentes formas que traduzem/simbolizam a especificidade de cada socie-

dade em um determinado período. Da cidade antiga ao atual momento das chamadas "cidades globais", inúmeros acontecimentos, notadamente no que tange às transformações ocorridas no âmbito das relações sociais de produção, determinaram mudanças políticas, econômicas e culturais na sociedade, e a cidade então constituiu-se no "locus" preferencial para a atuação de diversos agentes e atores, contribuindo de forma notável para a complexificação de seu espaço intra-urbano.

Considerando este contexto, a estrutura urbana atual das principais cidades nos faz refletir sobre importantes processos que conduziram à produção de novas formas urbanas, especialmente em áreas centrais. Ou, ainda, procurando ressaltar uma recente tendência, como o resgate dos centros urbanos, imbuído de um pensamento mais "preservador", aliou a manutenção de formas históricas a novas funções características da sociedade contemporânea, marcada, entre outras, pelo aumento do tempo livre e a conseqüente intensificação das formas de uso e dinâmicas de

evolução dos lugares destinados ao lazer, nos quais a cultura assume o papel de principal mercadoria de consumo.

À luz desta análise, as reflexões aqui apresentadas estão calcadas em discussões que permeiam a reestruturação intra-urbana – com ênfase no estudo das cidades como imagem criada para o mercado mundial – e o papel singular exercido pela cultura no âmbito deste processo, que sob o discurso da recuperação de espaços degradados em áreas centrais, sobretudo em relação às formas urbanas herdadas do passado e aí existentes, promove, muitas vezes, a criação de simulacros e a sua “venda” como produtos culturais.

O RESGATE DE ÁREAS CENTRAIS A PARTIR DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA

O espaço urbano, resultado da articulação entre os processos sociais de produção, distribuição, troca e circulação de pessoas, mercadorias, símbolos e informações, reflete, em sua configuração interna, toda esta complexa dinâmica, que, como podemos constatar, se materializa no espaço por meio das inúmeras transformações pelas quais a cidade passa, caracterizando novas reconfigurações espaciais que procuram se adequar a uma das principais vertentes do discurso da sociedade atual, que é a constante busca pela novidade, pelo singular.

Dentre as muitas transformações em curso, as verificadas nas centralidades de diferentes tipos, mormente nas áreas centrais de importantes cidades, com seus “*Central Business Districts*”¹ (incluindo o centro histórico e espaços periféricos ao centro), têm merecido não só estudos como também projetos recentes. Considerando esta tendência, emergem várias intervenções baseadas em projetos urbanos que visam a revitalização e requalificação espacial dessas áreas (Vaz; Silveira, 1999; Vicentini, 2001), com o objetivo de fortalecer a imagem da cidade, tanto no que se refere à vida cotidiana dos cidadãos como no que

diz respeito às relações internacionais – maior atração de investimentos e promoção de grandes eventos (Castells; Borja, 1996; Arantes, 2000).

Procurando seguir este modelo analítico, faz-se necessário explicitarmos alguns pontos concernentes à reestruturação das cidades, tanto no que se refere aos processos de mudança e permanência no uso do solo urbano, como à formação de áreas de obsolescência nos núcleos centrais das grandes cidades e às diferentes formas de intervenção que se seguiram. Portanto, a discussão em tela pressupõe uma breve mas fundamental consideração acerca da evolução da organização espacial, de acordo com as categorias de análise de Santos (1992), assim como das ações responsáveis pela recuperação de áreas intra-urbanas específicas (Portas apud Vaz, 2001).

Santos (1992) nos oferece uma importante contribuição teórica quando aborda as diferentes concepções de como o homem organiza sua sociedade no espaço, bem como suas mudanças ao longo do tempo mediante a relação dialética entre forma, função, estrutura e processo, que constituem as categorias analíticas da organização espacial em sua totalidade social. Neste sentido, entende-se como *forma* o aspecto visível de um objeto (a sua aparência), e também o seu arranjo, que assume um padrão espacial, ou seja, trata-se de uma resposta do espaço e de sua organização à dinâmica da sociedade. Por sua vez, a *função* implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado (a sua essência). Considerando a realidade social e a sua natureza histórica, a *estrutura* consiste na característica social e econômica de uma sociedade em um determinado momento do tempo. Por fim, *processo* é definido como uma ação que se realiza continuamente, visando a um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Em suma, “a totalidade social se exprime por meio de processos diversificados, que se desdobram por meio de funções que, por sua vez, se realizam por meio das formas espaciais” (Santos, 1992, p. 57).

Em relação às ações que promovem significativas mudanças na organização sócio-espacial, principalmente no que tange ao arranjo interno das cidades, cabe destacarmos o sentido de intervenção urbana. Segundo Portas,

por intervenção na cidade entendemos o conjunto de programas e projetos públicos ou de iniciativa autônoma que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (atividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitetônica (edificação e espaços não-construídos, designadamente de uso público); e, finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, atuações no âmbito da segurança social, educação, tempo livre etc.). (apud Vaz, 2001, p. 669)

Isto posto, podemos afirmar que as áreas centrais de inúmeras cidades no mundo experimentaram, a partir da segunda metade do século XX, um progressivo processo de degradação. Com um notável desenvolvimento no período pós-Revolução Industrial, a área central da cidade capitalista constituía-se pela concentração econômica (indústrias, comércio e serviços, transportes e difusão de inovações tecnológicas). Este imenso aglomerado de atividades criou, a partir da constatação de Corrêa (1979, 1995), um mercado de trabalho potencial, fazendo emergir uma área de maior acessibilidade no espaço intra-urbano das cidades (grande poder de atração) e gerando uma maximização dos lucros (“locus” de concentração e contínua reprodução do capital). No entanto, o acelerado processo de urbanização fez com que a centralização das atividades econômicas nas cidades e, em especial, nas metrópoles, experimentasse, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, efeitos negativos em

decorrência da excessiva concentração de atividades e forte competição pelo espaço, gerando deseconomias de aglomeração.

A crise dos centros urbanos é descrita em linhas gerais por Sposito (1996, 1998) como uma nova articulação da estrutura intra-urbana, derivada do processo de reestruturação das cidades. A nova fase do capitalismo monopolista impõe estratégias ainda mais complexas e novos padrões de localização para a economia urbana. Aliado a esta combinação de ajustamentos sociais e espaciais, importantes fatores como a difusão do uso do automóvel, permitindo (e facilitando) o deslocamento para áreas mais distantes do centro da cidade (maior flexibilidade dos meios de transporte intra-urbanos) e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo contribuem sobremaneira para o surgimento de novas formas de produção e apropriação do espaço, representadas pela sua fragmentação em microcentralidades intra-urbanas ou subcentros (Sposito, 1996). O espaço urbano torna-se multi(poli)cêntrico, caracterizado pela multiplicação de centros com diferentes níveis de especialização e importância entre si, adquirindo uma dimensão de análise calcada não mais no centro, mas sob a perspectiva de centros².

Neste cenário no qual emergem novas centralidades, as áreas centrais de grandes cidades, após este período de intensa decadência econômica e obsolescência de vários de seus espaços, vêm passando por diferentes modos de intervenção no seu processo de modernização e, conseqüentemente, pela retomada de sua importância no contexto urbano. Deste modo, Simões Jr. (1994) identifica, em sua análise acerca da renovação de centros urbanos, três modelos distintos de intervenção: um modelo “haussmaniano”, um modelo modernista e um modelo de revitalização ao longo da história. O primeiro, também designado de “embelezamento urbano”, baseado na criação de novas formas urbanas que simbolizam um “*modus vivendi*” cosmopolita e todo o poder político e econômico

da burguesia capitalista, apresenta como principal marco referencial a remodelação da cidade de Paris, a partir da gestão do prefeito Haussmann, e, em menor escala, a modernização da cidade de Viena, ambos os casos ocorridos a partir da segunda metade do século XIX. O segundo modelo – a “renovação urbana” – apóia-se nos ideais do urbanismo modernista, notadamente os expressos na Carta de Atenas (1933), privilegiando o racionalismo científico (técnica), a arquitetura funcionalista e um claro pensamento orientado para o futuro (idéia de progresso). E o terceiro, por fim, – a “revitalização urbana” – desencadeado nas últimas décadas, rejeita os excessos do modernismo e visa a recuperar elementos históricos, simbólicos, sociais (culturais) e ecológicos do local, compatibilizando-os com a modernização, mediante intervenções que pressupõem a preservação do patrimônio urbanístico e a renovação urbana ecológica.

Arantes (2000) menciona que este último modelo de intervenção teve sua gênese nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, ressaltando o pioneirismo de Baltimore (Inner Harbor Place) e modelos equivalentes em San Francisco (Fisherman’s Wharf) e Boston (Boston Waterfront). Entretanto, o exemplo tomado como precursor e paradigmático refere-se à cidade de Barcelona e seus inúmeros projetos de intervenção em espaços degradados, visando a preparar a cidade catalã para sediar os Jogos Olímpicos de 1992. Tais projetos baseavam-se no desenvolvimento de uma imagem forte e positiva da cidade mediante a máxima exploração do seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua inserção nos circuitos culturais internacionais³. Em outras palavras, trata-se da construção de uma “cidade-mercadoria” a partir de orientações estratégicas (“marketing” urbano) que evidenciam a produção global do espaço social (García, 1997).

Neste sentido, os projetos de intervenção urbana e seus instrumentos de afirmação represen-

tam a realização de um espaço voltado para o consumo, onde o valor de troca impõe-se ao próprio uso do espaço (Carlos, 1999). De outra forma: os modos de apropriação passam a ser determinados cada vez mais pelo mercado, principal mediador do acesso a esse espaço, transformando-o em mercadoria.

“PRESERVAÇÃO”, MODERNIDADE” E CONSUMO CULTURAL NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Após sucessivas ações para a consolidação de um pretense “renascimento urbano”, a área central do Rio de Janeiro desponta como “locus” de inúmeras transformações no decorrer do século XX. Sem dúvida, as intervenções empreendidas pelo prefeito Pereira Passos no início do século passado (1902-1906) revelaram não só a plena incorporação do modelo “haussmaniano” de “embelezamento urbano”, caracterizado por um período revolucionador da forma urbana carioca, mas também a etapa inicial de desenvolvimento de novas e importantes contradições, materializadas pela eliminação das antigas formas e contradições do período colonial-escravista e pelo surgimento de novas funções (totalmente atreladas ao capitalismo), bem como a maciça intervenção estatal no espaço urbano, promovendo em larga medida a exclusão/segregação sócio-espacial a partir da expulsão da classe trabalhadora da área central (Abreu, 1997).

A partir da Reforma Passos, as intervenções que se seguiram na área central do Rio de Janeiro mantiveram a linha modernizadora do espaço urbano, garantindo a contínua reprodução das diversas formas do capital e intensificando a segregação na cidade⁴. Dessa forma, a área central, acompanhando o acelerado processo de urbanização por que passava a metrópole carioca, foi ampliando o seu espaço por meio do arrasamento de morros, como o do Castelo, na década de 20, e o de Santo Antônio, na década de 40, que

cederam seus respectivos espaços para amplas avenidas e inúmeros edifícios, ocasionando visíveis transformações, que nas décadas subseqüentes desdobraram-se em novas ações urbanas – destacando-se o metrô e a difusão de “modernos” edifícios comerciais e de negócios – que visavam a apagar definitivamente o passado colonial da cidade, impondo ao centro um simbolismo calcado no discurso da modernidade.

Como nos aponta Giddens (1991), os “*modi vivendi*” produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, provocando uma ruptura sem precedentes. A modernidade é “multidimensional” no âmbito das instituições, complexificando as relações sociais e suas representações materiais no espaço, fortemente orientadas para o futuro. A idéia de modernidade ligada à ruptura também pode ser observada em Gomes (1996), quando afirma que se o novo deve periodicamente ser imposto no lugar tradicional ou do antigo, o mecanismo primeiro desta substituição é a ruptura. “É pela negação daquilo que existia, pela prova da sua inadequação, pelo desvelamento do tradicional, que o novo deve se afirmar” (Gomes, 1996, p. 46). Assim, falar do moderno é também renovar continuamente um conflito, um debate. Ao proceder por rupturas e ao propor algo de novo, o moderno participa sempre de um sistema que procura entrelaçar o local e o global de maneira dinâmica, colocando o sujeito diante de um “mundo de signos”, caracterizando uma fragmentação cultural (Giddens, 1991).

A despeito dessa ênfase demasiada na *modernização “pari passu”* à negação do passado, o cotidiano urbano do Rio de Janeiro tem presenciado, nos últimos anos, um discurso “às avessas”, com a valorização das formas pretéritas, mediante projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado; um discurso calcado na “memória das cidades” (Abreu, 1998), ou ainda na “renovação preservadora” (Mesentier, 1993).

Aos paradigmas presentes nas grandes reformas urbanas contemporâneas em curso nas principais cidades, incluindo o “recente” discurso de resgate das formas do “passado”, a dimensão cultural adquire notória importância. Segundo as palavras de Vaz (2001), a imbricação dos processos de renovação urbana com as condições e as políticas culturais se acentua. Por intermédio de projetos estratégicos, passou-se a oferecer não somente melhores condições de acessibilidade, comunicação, segurança e educação a partir da recuperação de edifícios e áreas abandonadas, mas também a enfatizar os aspectos culturais e simbólicos. Ou ainda:

as transformações espaciais não se restringem mais a sua dimensão físico-territorial, mas envolve, em grau crescente, considerações de ordem simbólica. O lugar, a sua imagem e a sua identidade se tornaram fundamentais. No mundo global, onde muitas cidades industriais viram diluir-se a sua identidade e onde impera a estandardização e a homogeneidade, a diferenciação através da força da identidade local se torna um trunfo essencial. Como a especificidade e a identidade de cada povo se encontram fortemente ancoradas na imagem e na cultura local, será principalmente através da cultura que as cidades poderão se individualizar, acentuando suas identidades, marcando seu lugar no panorama mundial. (Vaz, 2001, p. 670 - 671)

Neste sentido, as cidades constituem-se em espaços privilegiados quanto à concentração de atrações, serviços, simbolismos, enfim, à cultura de uma forma geral, sobretudo no que tange ao consumo. Acompanhando a tendência de “espetacularização” e “monumentalização” da cultura (Débord, 1997), o consumo reflete uma das muitas mudanças em curso na sociedade, qual seja, a transformação do consumidor de produtos industrializados em consumidor de

produtos “culturais” – industrialização da cultura (Harvey, 1992; Choay, 2001). Na sociedade fordista, notadamente marcada pela produção em massa, a classe trabalhadora é também classe consumidora, pois o grande volume de bens que caracterizava a esfera da produção visava, entre outros, a atingir o maior número de consumidores possíveis para aumentar a margem de lucro. Com o advento da sociedade pós-fordista ou pós-industrial, a partir da década de 70, outros fatores foram incorporados à esfera do consumo, tornando-o mais complexo e dinâmico. A partir desta mudança, Ortiz (1988) afirma que é impossível desconhecer a intensidade do processo de consolidação da indústria cultural ocorrido nas últimas décadas, na medida em que os bens culturais tornam-se um dos alvos prediletos dos meios de comunicação e “marketing”, que os transformam em bens de consumo.

De acordo com Castells (1999), as mudanças no consumo também decorrem do surgimento do tempo social, ou seja, de uma estrutura social calcada em uma pluralidade de ritmos temporais que cria novas relações carregadas de novos valores. A intensidade e o caos da vida moderna, a constante necessidade de informações e a instantaneidade dos fluxos produzem diversos tempos sociais, que podem ser traduzidos no desenvolvimento de novos “*modi vivendi*”, nos quais a cultura assume posição de destaque. Assim, alguns autores apontam para a solidificação de um paradigma cultural “pós-modernista” (Harvey, 1992; Kumar, 1997), também caracterizado pela emergência da “sociedade do conhecimento e da informação” (Castells, 1999).

A cultura, então, torna-se um produto cada vez mais necessário como forma de conhecimento e igualmente desejado como forma de lazer, deixando de ser simplesmente um apêndice e assumindo a própria essência do capitalismo (Harvey, 1992).

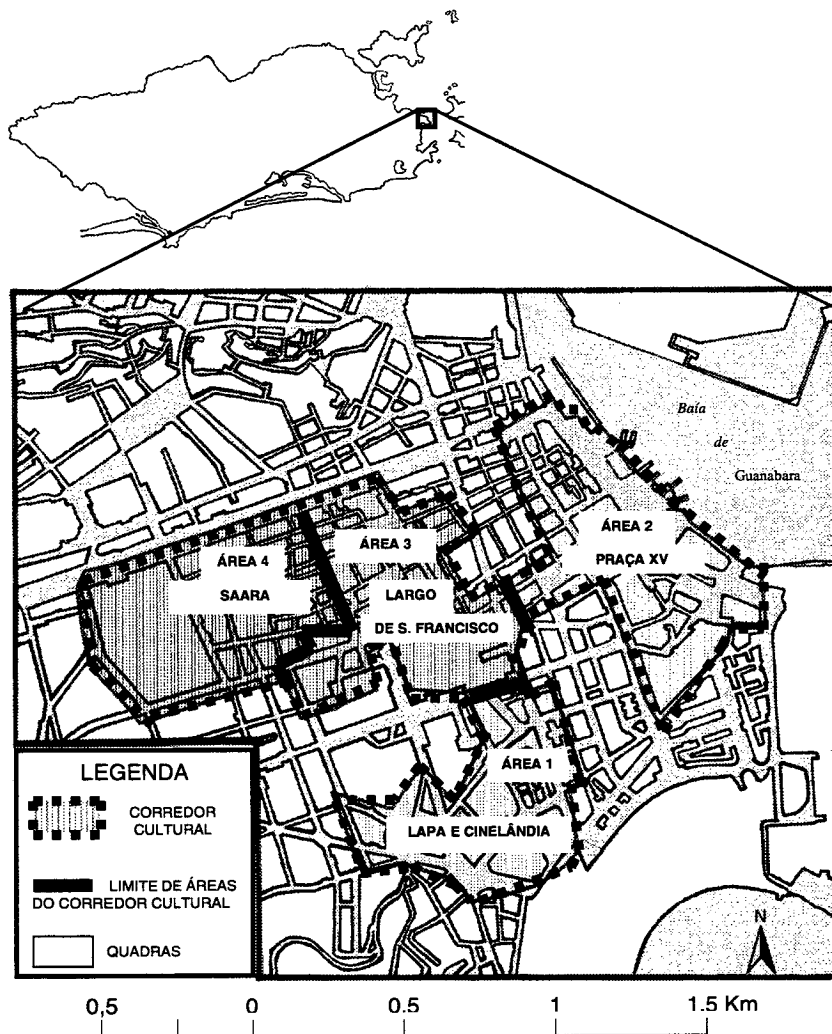
Portanto, neste conjunto de práticas urbanas que conjugam “preservação”, “modernidade” e

valorização cultural do espaço, a área central do Rio de Janeiro destaca-se pelos seus inúmeros exemplos de equipamentos e instituições emblemáticas que, por meio de uma trajetória ímpar, fincaram o sítio do poder e da cultura nacional no espaço urbano da metrópole carioca. Desta forma, iniciativas como o projeto “Corredor Cultural”, instituído pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1984 e que abrange parte considerável da área central da cidade (Mapa 1), onde a função cultural e toda a sua diversidade se encontram distribuídas de maneira contínua⁵, apropriam-se de um discurso “preservacionista”, por intermédio da restauração do estilo arquitetônico original das fachadas e da transformação de tais edificações em espaços plurifuncionais (simulacros), como os centros culturais, que se caracterizam pela concentração de diversas atividades vinculadas à cultura (cinema, teatro, shows, museu, biblioteca entre outras).

Desde 1985, com a inauguração do Centro Cultural do Paço Imperial, este tipo de equipamento urbano adquiriu notável centralidade no que concerne aos projetos destinados ao centro do Rio de Janeiro (ações caracterizadas, sobretudo, pela parceria do setor público com empresas privadas), seguindo-se a implantação de inúmeros outros, entre os quais podemos destacar o Centro Cultural Banco do Brasil (1989), a Casa França-Brasil (1990), o Espaço Cultural dos Correios (1993), o Centro Cultural da Light (1994), o Centro de Artes Hélio Oiticica (1996), o Espaço Cultural da Marinha (1998) e o Centro Cultural da Justiça Federal (2001).

Além da grande importância assumida pelos centros culturais, estão igualmente inseridos nesse processo de “resgate cultural” o Museu Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional, instituições que foram alvo de amplas reformas e simbolizam a estratégia de “preservação” e “modernidade” articuladas pela cultura, da recuperação do estilo arquitetônico dos imóveis, que remonta ao início do século XX⁶, concomitantemente à “modernização” e dinamização de suas atividades,

MAPA 1 - ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO CORREDOR CULTURAL



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 1999.

assumindo um discurso de ampliar e facilitar o acesso à cultura e ao conhecimento.

A despeito dessa visão otimista sobre a “valorização cultural” da área central da metrópole carioca, optamos por uma análise mais cautelosa e crítica no que tange aos projetos de intervenção urbana e ao papel da cultura. Na verdade, a área que compreende o projeto “Corredor Cultural” representa um exemplo emblemático da criação de “espaços especializados” em relação à criação e venda de uma imagem “preserva-

cionista” destinada ao consumo, principalmente o consumo turístico, a partir da sua expressiva concentração de monumentos históricos e equipamentos culturais – transformados em mercadorias. Em outras palavras:

o patrimônio transformou-se numa indústria, desenvolvendo recursos de embalagem que permitem oferecer os conjuntos arquitetônicos como produtos para o consumo cultural. (Choay, 2001, p. 224)

Desse modo, podemos identificar a área da Praça XV de Novembro e seu entorno como “especializada em centros culturais”; a área da Cinelândia como “espaço das artes e da literatura” (presença do Museu Nacional de Belas Artes, Teatro Municipal e Biblioteca Nacional); ou, ainda, a Lapa como um “espaço reapropriado pela juventude carioca por meio da música” (com inúmeros bares, casas de espetáculos – instalados em antigos casarios do início do século XX – e apresentações ao ar livre). Como bem sintetiza Compans (1997), esse “urbanismo de resultados” revela uma clara “estratégia”: criar uma imagem positiva da cidade do Rio de Janeiro com forte poder de atratividade (de investimentos), a partir de sua promoção no cenário internacional, inserindo-a no chamado “mercado mundial de cidades”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas centrais, após um período de notável concentração das atividades econômicas, experimentaram um crescente processo de decadência e, a partir da segunda metade do século XX, tornaram-se objeto de sucessivos projetos de intervenção urbana, especialmente nas principais metrópoles. Neste sentido, a prática de projetos urbanos como alternativa para intervenção nas cidades estabeleceu novos modelos e referências urbanísticas nas últimas décadas. O caráter estratégico assumido por grande parte desses projetos, a capacidade de introduzirem novas centralidades, a possibilidade de atuarem na recomposição do tecido urbano e o estabelecimento de novas formas de articulação entre setores público e privado despontam como suas principais características. Além disto, privilegia-se, nas políticas e projetos urbanos recentes, revelar, reforçar ou criar a identidade e a imagem de cada cidade, interagindo com as redes globais em um dinâmico e intenso processo que combina competitividade, conectividade, inovação e flexibilidade institucional (Arantes, 2000).

A partir do estudo de caso da área central da metrópole carioca, em particular do projeto “Corredor Cultural”, procuramos refletir sobre a emergência desse novo modelo de gestão urbana e sua atuação na produção de espaços viáveis para investimentos. Legitimado por um pretense discurso preservacionista, o referido projeto, no entanto, objetiva a realização da contínua (re)produção do capital através da apropriação do espaço pela cultura – vista como mercadoria.

Neste contexto, como afirma Carlos,

em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma de mercadoria, servindo às necessidades da acumulação por meio de mudanças/reataptações de usos e funções dos lugares (...). Cada vez mais o espaço, produzido como mercadoria, entra no circuito de troca, atraindo capitais que migram de um setor da economia para o outro de modo a viabilizar a reprodução. As possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. (2001, p. 15 - 16)

NOTAS

- * Geógrafo – UFRJ. Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano – IPPUR/UFRJ e Mestrando em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. Artigo aceito para publicação em janeiro de 2003. E-mail: thirmachado@ippur.ufrj.br
- ¹ De acordo com os estudos de Corrêa (1979, 1995), a área central de uma cidade compreende o Núcleo ou Distrito Central de Negócios (*Central Business District*), que se caracteriza pela gestão da estrutura urbana ou metropolitana (*Core Area*) e a Zona Periférica ou Periferia Imediata do Centro, antigo núcleo industrial urbano representado por áreas de obsolescência (degradadas), espaços vazios e/ou subutilizados.

- ² No tocante ao estudo da área central, Sposito (1996) adverte para a diferença entre centro e centralidade. Segundo a autora, o conceito de centro remete a uma análise que enfatiza a dimensão espacial, enquanto centralidade denota uma ênfase na dimensão temporal. Com isso, mudanças de centralidades em escala temporal tendem a ser muito curtas, enquanto os centros apresentam mudanças em escala temporal de médio a longo prazo.
- ³ Sobre esta discussão, faz-se mister destacar as contribuições de Harvey (1996) e Castells & Borja (1996) no que tange às mudanças no enfoque da administração urbana a partir da década de 70. Harvey aponta para o surgimento do “empresariamento urbano”, ou seja, da parceria administrativa público *versus* privado, objetivando atrair investimentos para a cidade com execução especulativa. Ao setor público cabem os riscos, e ao setor privado cabe o gerenciamento dos benefícios. Castells e Borja advertem para o “protagonismo das cidades”, manifestado na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação, enfatizando o papel primordial desempenhado pelos planos estratégicos com o objetivo de tornar a cidade competitiva para o exterior e, conseqüentemente, inserindo-a no espaço global, emergindo assim as chamadas “cidades mundiais”.
- ⁴ Na discussão sobre a intensificação da segregação sócio-espacial na metrópole carioca, cabe ressaltar não só a segregação da classe média baixa, seja no crescente número de favelas ou em habitações de baixa renda que se espraiaram pelos bairros do subúrbio e periferia, mas também a auto-segregação da classe média alta, reproduzida nos suntuosos apartamentos da Zona Sul e, mais recentemente, nos condomínios fechados de luxo da Barra da Tijuca.
- ⁵ Em linhas gerais, o projeto “Corredor Cultural” (Lei nº. 506, de 17/01/84) estabeleceu uma legislação específica (como normas para restauração e tipos de uso permitidos) em quatro áreas contínuas no centro do Rio de Janeiro (Praça XV, Lapa e Cinelândia, Largo da Carioca e SAARA), visando a controlar o uso do solo a partir da “preservação” de edificações e monumentos aí presentes de forma mais intensa e contígua, classificados pelo referido projeto como de “importante valor histórico e cultural” (patrimônio) para a cidade do Rio de Janeiro (Instituto Municipal de Arte e Cultura, 1989; Mesentier, 1993).
- ⁶ Convém lembrar que trata-se de uma arquitetura totalmente importada da Europa, sobretudo da França (estilo neoclássico), e que, conforme apontado anteri-

ormente, traduzia os ideais da sociedade capitalista burguesa daquele momento histórico, portanto, sem qualquer identidade efetiva com um passado “originalmente” brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1997. 147p.
- _____. Sobre a memória das cidades. *Território*, Rio de Janeiro, nº. 3, v. 4, p. 5-26, 1998.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p. p. 11-74.
- CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. 204p. p. 173-186.
- _____. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001. 372 p.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.
- _____; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, p. 152-166. julho de 1996.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001. 282p.
- COMPANS, R. A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e “urbanismo de resultados”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 1997, p. 1721-1734.
- CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a cidade. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 100-110. 1979.
- _____. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 94p.
- DÉBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237p.
- GARCÍA, F. E. S. *Cidade espetáculo. Política, planejamento e city-marketing*. Curitiba: Palavra, 1997. 166p.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. 177p.
- GOMES, P. C. da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366p.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

———. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 39, p. 48-64. 1996. INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *Corredor cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/RIOARTE/IPLANRIO, 1989. 34p. KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 258p. LEFEBVRE, H. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178p. MESENTIER, L. M. de. A renovação preservadora: um ensaio sobre a gênese de um novo modo de urbanização no centro do Rio de Janeiro entre 1967 e 1987. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 5., 1993, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1993. p. 123-143. ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 222p. PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Zonamento do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento/Instituto Pereira Passos, 1999. (CD-ROM)

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1992. 88p. SIMÕES JR., J. G. Revitalização de centros urbanos. *Pólis*, São Paulo, n. 19, p. 11-27. 1994. SPOSITO, M. E. B. Reestruturação da cidade. In: MELO, J. G. (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GASPER, 1996, 165p. p. 111-126. ————. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Território*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 27-37. jan./jun.1998. VAZ, L. F. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 9., 2001 Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FAU/PROURB/IPPUR/UFRJ, 2001. p. 664-674. ———— ; SILVEIRA, C. B. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. *Território*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 51-66. jul./dez.1999. VICENTINI, I. Teorias da cidade: reformas urbanas contemporâneas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FAU/PROURB/IPPUR/UFRJ, 2001. p. 810-822.

ABSTRACT

This paper discusses the recovering process of exiled spaces at large cities based on urban projects, inserted on the discourse about the creation and sale of a strong and competitive urban image – defined as “city marketing” strategy.

Considering the important role played by culture in the recent changes in the city center of

Rio de Janeiro, our proposition attempts to contribute to a more critical approach about the impacts of “Corredor Cultural” project, which created “specialized spaces” where culture becomes target of consumption.

KEYWORDS

Central business district; urban projects; Rio de Janeiro.